



Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

Fis. 524  
Prot. E. 335/2020  
Rub. 028  
Proc. 396/2020

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

1.1. Formalização de **Ata de Registro de Preços** visando a eventual aquisição, pelo menor preço por item, de materiais de consumo necessários para a manutenção da rede de Iluminação Pública no Município de Dourados, pela oferta mais vantajosa, utilizando os recursos oriundos da COSIP – Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública, instituído pela Lei Complementar nº 061 de 27 de dezembro de 2002, alterada pela Lei Complementar nº 066 de 02 de julho de 2003 e pela Lei Complementar nº 210 de 28 de dezembro de 2012, devidamente aprovado pelo Conselho Gestor da COSIP, conforme Ata publicada no Diário Oficial do Município de Dourados/MS de nº 4.929 do dia 20 de maio de 2019, folhas 12.

1.2. As especificações e quantidades encontram-se descritas na Proposta de Preços, parte integrante do edital de licitação, bem como no **APÊNDICE C** deste Termo.

**2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico, **Apêndice "B"** do presente termo.

**3. DA MODALIDADE E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

3.1. A contratação, objeto do presente Termo de Referência, será realizada por meio de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, observando as normas e procedimentos administrativos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 3.447, de 23 de fevereiro de 2005, Decreto Municipal nº 368 de 20 de julho de 2009, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, Lei Complementar Municipal nº 331, de 03 de julho de 2017 e alterações e ainda da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, pelo Código de Defesa do Consumidor Lei nº 8.078, de 11 de Setembro De 1990 e demais normas pertinentes, como a Lei Complementar nº 061 de 27 de dezembro de 2002, alterada pela Lei Complementar nº 066 de 02 de julho de 2003 e pela Lei Complementar nº 210 de 28 de dezembro de 2012.

**4. DO ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO E FORMA DE SELEÇÃO**

4.1. Os itens que compõem o objeto da licitação enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único do artigo 1º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 combinado com o inciso II do artigo 3º do Decreto nº 10.024/2019, pois podem ser objetivamente especificados por meio de padrões usuais no mercado podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão, na forma eletrônica.

4.2. Os bens a serem adquiridos possuem especificação conforme proposta de preços (Anexo I do Edital).

4.3. Os respectivos códigos CATMAT dos itens estão discriminados no **APÊNDICE C** do presente Termo.

4.4. A contratação, objeto deste Termo de Referência, será realizada por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, terá como tipo o "**Menor Preço**" e como critério de julgamento o **valor do item**.

**5. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO À ME/EPP/MEI E PREFERÊNCIA A LOCAIS E REGIONAIS**

5.1. A licitação é exclusiva para ME/EPP/MEI, conforme art. 1º da Lei Complementar Municipal nº 331/18.

Aplicável ( )

Não Aplicável ( x )

Justificativa: Não se aplica por tratar-se de licitação de materiais com item cujo valor ultrapassa o permissivo legal.

5.2. Será aplicada reserva de cota, conforme benefício estabelecido no art. 62 da Lei Complementar Municipal nº 331/17.





Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

Fls. 525  
Prot. E. 335/2020  
Rub. 08  
Proc. 396/2020

Aplicável ( x )

Não Aplicável ( )

Justificativa: Aplicável, posto ser direito assegurado por lei e se enquadrar na presente licitação.

5.3. Será exigida a subcontratação de ME ou EPP ou MEI, conforme estabelecido no art. 61 da Lei Complementar Municipal nº 331/18.

Aplicável ( )

Não Aplicável ( x )

Justificativa: Não Aplicável pois não se trata de serviços e obras, e sim de aquisição de materiais e afins.

5.4. Será concedida margem de preferência para MPE sediadas local ou regionalmente a esta licitação, conforme benefício estabelecido no art. 67 da Lei Complementar Municipal nº 331/17 e alterações. Aplicável ( x )

Não Aplicável ( )

Justificativa: Aplicável. Justificamos a margem de preferência pelo incentivo ao desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, já que nos é de grande valia a valorização do comércio local onde os benefícios dão retorno financeiro ao município e, principalmente pela eficiência na rapidez e facilidade para os trâmites de entrega, bem como maior rapidez na solução dos eventuais problemas de fornecimentos e documentações necessárias para tanto.

## **6. REQUISITOS MÍNIMOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA**

6.1. Atestado ou Certidão fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do signatário e assinatura do responsável legal, que comprove que a licitante fornece/forneceu bens pertinentes e compatíveis ao objeto desta licitação.

I. No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente.

II. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa proponente.

6.2. Licença de Funcionamento expedida pelo órgão competente da esfera Estadual ou Municipal da sede da Licitante, para exercer atividade, que esteja dentro do prazo de validade. No caso do Distrito Federal, a Licença deverá ser fornecida pelas Administrações Regionais.

## **7. DO FORNECIMENTO**

7.1. A solicitação dos materiais e ferramentas, objetos do presente Termo, será realizada através da Autorização de Fornecimento (AF), que é documento no qual consta a especificação exatamente licitada, bem como as quantidades a serem entregues.

7.2. A Autorização de Fornecimento (AF) será enviada à Contratada via email ou outra forma a ser estabelecida pelas partes, devidamente assinada pelo setor requerente.

7.3. A licitante vencedora está vinculada a fornecer estritamente os materiais e ferramentas discriminados no Pedido de Licitação, no contrato e na nota de empenho, e, no ato da entrega da mercadoria poderá ser constatado o desacordo com o pedido de licitação, contratado e nota de empenho, o que acarretará a devolução do mesmo.

I. Os materiais e ferramentas deverão ser entregues no endereço especificado na Autorização de Fornecimento – AF, que poderá ser um dos abaixo elencados, respeitando, obrigatoriamente, a quantidade determinada, sendo os mesmos recebidos por integrante da Comissão Permanente de Recebimento de Mercadorias, nomeada pelo Decreto nº 289 de 08 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.452 de 15 de maio de 2017, às fls.03:

a. Os materiais deverão ser entregues no almoxarifado do Departamento de Iluminação Pública – oficina e garagem, localizado na Rua Rio Brilhante no Bairro Chácara Síria Rasslem/ Trevo da Bandeira-BR163, na cidade de Dourados-MS, respeitando, obrigatoriamente, a quantidade determinada, sendo os mesmos recebidos pelos integrantes da Comissão Permanente de Recebimento de Mercadorias, conforme





Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

Fis. 526  
Prot E. 335/2020  
Rub. CR  
Proc. 396/2020

decreto Nº 1138 de 12 de julho de 2018., respeitando, obrigatoriamente, a quantidade determinada e especificações da AF.

7.4. As entregas deverão ser feitas no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Dourados-MS, no período das 07h30min às 13h30min, de segunda a sexta-feira.

7.5. A impossibilidade de entrega no prazo contratado deverá ser justificada por escrito e encaminhada para apreciação da Contratante, sujeitando-se a aplicação das penalidades aplicáveis pelo descumprimento do prazo de entrega.

7.6. Os materiais e ferramentas, bem como seus acessórios e componentes exigidos, deverão ser fornecidos novos e dentro das regulamentações e das normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, INMETRO, Normas Técnicas do Ministério do Trabalho e demais, sendo que os itens considerados inadequados, de inferior qualidade ou que não atenderem às exigibilidades, serão devolvidos e o pagamento ficará suspenso, até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do CONTRATANTE, poderá ser renovado, sem prejuízo das penalidades pelo atraso inicial.

7.7. Em atendimento ao disposto no art. 31 da Lei nº 8.078, de 11/09/1990, a apresentação dos materiais deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre as características, marca, procedência, número do lote, qualidade, quantidade, composição, prazo de validade e outros, bem como o(s) risco(s) que apresenta(m) à saúde e à segurança dos usuários, quando for o caso.

7.8. A Contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais e ferramentas que porventura sejam entregues com defeito, danificados, vencidos ou não compatíveis com as especificações do edital.

7.9. Em caso de irregularidades não sanadas por parte do fornecedor, a Administração, por meio de seu representante legal, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.

7.10. Em caso da necessidade de providências não realizadas por parte do fornecedor, os prazos para pagamento poderão ser suspensos e considerado o fornecimento em atraso, sujeitando-a à aplicação de multa previstas no instrumento de contrato, e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste Processo Licitatório.

7.11. Todas as despesas relativas à entrega dos materiais e ferramentas correrão por conta da Contratada, inclusive as despesas de substituição em caso de devolução por qualquer irregularidade.

7.12. Relativamente ao disposto na presente cláusula, aplica-se subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

## **8. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

8.1. Os itens licitados serão recebidos por servidor integrante da Comissão Permanente de Recebimento de Mercadorias, em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93, especificamente nos termos do artigo 73, II, "a" e "b" da referida Lei.

8.2. A Secretaria reserva-se no direito de não aceitar os itens que estiverem em desacordo com o previsto no instrumento convocatório, podendo cancelar o Contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.

8.3. Os itens recusados pelo Contratante deverão ser substituído(s), automaticamente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da hora de Notificação, sem qualquer ônus para o Contratante.

8.4. A impossibilidade de entrega no prazo contratado deverá ser justificada por escrito e encaminhada para apreciação do Contratante, sendo que a falta de tal justificativa sujeitará a Contratada as penalidades previstas na legislação vigente.





Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

Fls. 527  
Prot. E. 335/2020  
Rub. 008  
Proc. 396/2020

**8.5.** Caso ocorra atraso sem justificativa acatada por escrito pelo Contratante, sujeitar-se-á a Contratada as penalidades impostas pelo Contrato e legislação aplicável.

**9. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O valor estimado para a presente aquisição é estabelecido mediante cotação realizada pelo Departamento de Compras da Secretaria Municipal no valor de **R\$ 798.726,930 (setecentos e noventa e oito mil setecentos e vinte e seis reais e noventa e três centavos)**.

**10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas correrão à conta da Dotação Orçamentária oriunda da COSIP – Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública, instituído pela Lei Complementar nº 061 de 27 de dezembro de 2002.

**1400 - Secretaria Municipal de Serviços Urbanos**

1401 – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

25.752.200 - Programa de Aperfeiçoamento dos Serviços Urbanos Ofertados

2.100 – Coordenação das Atividades de Manutenção e Expansão da Rede de Iluminação Pública

Fonte: 117000 – Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública – COSIP.

**11. DO PAGAMENTO**

11.1. O pagamento será efetuado parceladamente em favor da adjudicatária por meio de Ordem Bancária em até 30 (trinta) dias, após a entrega dos itens e, mediante apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente; juntamente com as certidões negativas de débito União, Estado e Município, devendo para isso ficar especificado, o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o Crédito.

11.2. Deverá constar o número do Empenho na Nota Fiscal a ser emitida.

11.3. A Contratada deverá, obrigatoriamente, encaminhar os seguintes documentos quando da execução dos serviços.

I. **03 (três) vias da AF** encaminhada pela Contratante, que deverão estar devidamente assinadas pela empresa em local apropriado;

II. **Nota Fiscal** gerada pelo fornecimento das quantidades de materiais entregues solicitadas na AF. Caso a quantidade entregue seja menor da requerida na AF pela Contratante, a Contratada deverá informar por escrito, o motivo da não execução dos serviços solicitados, os quais serão analisados pela Secretaria e posteriormente será informado à mesma sobre a decisão;

III. **Certidões Negativas de Débitos:** da União (Secretaria de Receita Federal, INSS e FGTS), do Estado e Município (IPTU e ISS) e Certidão de Débitos Trabalhistas (Justiça do Trabalho). Todas as certidões deverão estar dentro do prazo de validade.

11.4. No caso da Contratada ser optante do SIMPLES, deverá apresentar juntamente com a nota fiscal a declaração em obediência ao inciso XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11/01/2012, e Anexo IV da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 1.244, de 30/01/2012, conforme modelo apresentado no Apêndice "A", devidamente assinada pelo responsável e no original.





Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

Fls. 528  
Prot. E. 335/2020  
Rub. 08  
Proc. 396/2020

11.5. A falta de um dos documentos solicitados no item anterior poderá implicar no não recebimento dos serviços e, conseqüentemente da nota fiscal.

## **12. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

12.1. O instrumento contratual terá vigência contada a partir da data de sua assinatura e término no final do exercício financeiro em que se efetivar a contratação, com eficácia após a publicação de seu extrato na Imprensa Oficial do Município.

12.2. Poderá ter a sua vigência prorrogada nos termos que dispõe o artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações.

12.3. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro do ano em que se efetivar o contrato, para fins de inscrição em restos a paga.

12.4. No caso e a execução do contrato ultrapassar o exercício financeiro vigente, as despesas efetuadas no próximo exercício correrão por conta do respectivo orçamento da mesma programação financeira.

## **13. DA GESTÃO DO CONTRATO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

13.1. Nos termos do art. 67 Lei Federal nº 8.666/93, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.2. A gestão e fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93.

13.3. São atribuições do fiscal do contrato:

I. Conferir o fornecimento do produto, em comparação às disposições estabelecidas, atestando a sua entrega;

II. Supervisionar a execução do objeto contratual, garantindo que todas providências sejam tomadas para regularização de falhas ou defeitos observados;

III. Levar ao conhecimento da autoridade competente qualquer irregularidade fora da sua competência;

IV. Exigir da CONTRATADA todas as providencias necessárias a boa execução do contrato, garantindo que, todas as medidas sejam tomadas para regularização de falhas ou defeitos observados.

13.4. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.5. **A gestão e fiscalização do Contrato** e seu objeto serão realizados pelo CONTRATANTE, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, será executada pela Secretaria Municipal e Serviços Urbanos na pessoa do servidor **NEILTON JOSÉ BARBOSA, matrícula nº 114773437-1, Engenheiro Eletricista**, (e-mail: [eletricasemur@dourados.ms.gov.br](mailto:eletricasemur@dourados.ms.gov.br)), telefone (067) 3424-8516, celular funcional (67) 98468-8055, nomeado pelo Decreto nº 2418/2020 do Diário Oficial de nº 5131 de 24 de março de 2020.

*Handwritten signature and initials in blue ink.*





Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

F. 529  
Prot. E. 335/2020  
Rub. 08  
Proc. 396/2020

**14. DAS OBRIGAÇÕES**

**14.1. Constituem obrigações da Contratada:**

- I. Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da entrega dos itens solicitados;
- II. Arcar com todas as despesas operacionais, necessárias à entrega do objeto da licitação;
- III. Dar ciência a Secretaria requerente, imediatamente, e por escrito, de qualquer anormalidade verificada na íntegra solicitadas;
- IV. Entregar os materiais e ferramentas solicitados de acordo com a descrição.
- V. Executar a entrega através de pessoas idôneas, assumindo total responsabilidade por quaisquer danos ou faltas que os mesmos venham a cometer no desempenho das funções, podendo o Município exigir a retirada daquelas cuja conduta seja julgada inconveniente, obrigando-se, também, a indenizar o Município por todos os danos e prejuízos que eventualmente ocasionarem;
- VI. Obrigar os funcionários a apresentar-se portando documentos de identificação e com vestimenta adequada;
- VII. Responsabilizar integralmente pela venda dos itens solicitados, nos termos da legislação vigente;
- VIII. Realizar a entrega de acordo com a necessidade da Secretaria solicitante, dentro do prazo, locais e quantidades estabelecidos na AF- Autorização de Fornecimento;
- IX. Observar as prescrições emanadas do agente da Contratante designado para acompanhar a entrega dos itens licitados;
- X. Seus funcionários deverão estar devidamente identificados e uniformizados;
- XI. Ser zeloso na entrega, de maneira a não por em risco à saúde dos seus agentes e servidores;
- XII. A adjudicatária deverá responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;
- XIII. A adjudicatária deverá responsabilizar-se por qualquer acidente que venha ocorrer com seus empregados;
- XIV. Substituir o material, às suas expensas, sob pena de aplicação de sanções cabíveis.

**14.2. Constituem obrigações do Contratante.**

- I. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- II. Aplicar a Contratada as sanções regulamentares e contratuais;
- III. Assegurar o livre acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que deve ser realizada a entrega dos itens solicitados;
- IV. Atestar às notas fiscais/faturas correspondentes a entrega dos materiais referentes ao objeto desta aquisição;
- V. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- VI. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- VII. Elaborar as Notas de Empenhos e as Autorizações de Fornecimento, determinando as quantidades a serem entregues bem como os locais de entrega;
- VIII. Exercer a fiscalização da entrega dos materiais por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas;
- IX. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução da licitação, em especial, aplicação de sanções, alterações e revisões da mesma;
- X. Proporcionar a Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente a entrega dos materiais;





Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

Prot. E. 335/2020  
Rub. 8  
Proc. 396/2020

- XI. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a Contratada entregar fora das especificações da Ata de Registro de Preços;
- XII. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

#### **15. DAS PENALIDADES**

- 15.1. A disciplina das sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é àquela prevista no edital do presente certame, no contrato e legislação correlata.

#### **16. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA**

- 16.1. Homologada a licitação será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional de fornecimento, onde constarão os preços a serem praticados, as fornecedoras e órgãos participantes, com características de compromisso da licitante vencedora.
- 16.2. A Prefeitura Municipal de Dourados-MS convocará formalmente as fornecedoras, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, informando o local, dia e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.
- 16.3. O prazo acima citado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela fornecedora convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de Dourados-MS.
- 16.4. Colhidas as assinaturas, o Órgão Gerenciador providenciará a imediata publicação da Ata no Diário Oficial do Município e estará disponível no site oficial da Prefeitura Municipal de Dourados/MS ([www.dourados.ms.gov.br](http://www.dourados.ms.gov.br)).
- 16.5. As empresas com preços registrados passarão a ser denominadas Detentoras da Ata de Registro de Preços, após a respectiva assinatura da Ata.
- 16.6. Caso a fornecedora primeira classificada, após convocação, não comparecer ou recusar assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Termo de Referência, a Prefeitura Municipal de Dourados-MS convocará as demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço da primeira classificada na licitação.
- 16.7. Decorridos 60 (sessenta) dias da ata de entrega das propostas, sem que haja convocação para a assinatura da Ata de Registro de Preços, as licitantes estarão liberadas dos compromissos assumidos.
- 16.8. Por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preços, será exigido da(s) licitante(s) vencedora(s) a apresentação dos comprovantes de regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Quitação de Tributos da União, do Estado, do Município e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, todas dentro de seus prazos de validade.
- 16.9. A licitante vencedora não poderá subcontratar, subempreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação.

#### **17. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃO PARTICIPANTE DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 17.1. O Órgão Gerenciador será a Secretaria Municipal de Fazenda, através do Departamento Central de Compras.
- 17.2. Será participante do Registro de Preços a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.
- 17.3. Caberá ao Órgão Participante a responsabilidade, após contratação, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive aplicação das sanções legais.
- 17.4. Caberá ainda ao Órgão Participante informar ao gerenciador da Ata de Registro de Preços, do não comparecimento da fornecedora para a retirada de nota de empenho e assinatura do contrato, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes e aplicação das penalidades cabíveis ao fornecedor faltoso.





Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

Fls. 337  
Prot. E. 335/2020  
Rub. 09  
Proc. 396/2020

17.5. A Secretaria Municipal de Serviços Urbanos não preve quantidades na sua Ata de Registro de Preço para adesões de caronas futuras para outros órgãos. Deste modo, o órgão gerenciador não poderá autorizar adesão à Ata.

17.6. A Administração Municipal não se obriga a firmar contratações oriundas do Sistema Registro de Preços ou nas quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para contratação dos serviços de respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

## **18. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **18.1. Compete ao Órgão Gestor.**

- I. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema de Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição dos itens respeitada à legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização.
- II. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação no Diário Oficial, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- III. Indicar para os Órgãos e Entidades Usuários do registro de Preços os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de compras, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- IV. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.
- V. Gerenciar o registro de preço e acompanhar, periodicamente, os preços praticados no mercado para os bens registrados e nas mesmas condições de fornecimento, para fins de controle e fixação do valor máximo a ser paga pela Administração.
- VI. Emitir a Autorização Fornecimento - AF.
- VII. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação.
- VIII. Aplicar penalidades e sanções cabíveis.
- IX. Cancelar o registro de preços quando presentes as situações previstas Ata de Registro de Preços.

### **18.2. Compete aos Órgãos ou Entidades Usuários.**

- I. Firmar ou não a contratação do objeto de registro de preço ou contratar nas quantidades estimadas.
- II. Proporcionar ao compromitente fornecedor todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e execução dos serviços dentro das normas estabelecidas no edital.
- III. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive à aplicação das sanções previstas neste edital.
- IV. Informar ao Gerenciador da Ata, da inexecução total do compromisso, caracterizada pelo não comparecimento da fornecedora para a retirada da Nota de Empenho e assinatura do contrato, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes.
- V. Aplicar as penalidades de sua competência ao fornecedor faltoso.
- VI. Notificar a Secretaria Municipal de Fazenda/Departamento Central de Compras, dos casos de licitações com preços inferiores aos registrados em Ata.
- VII. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pelo compromitente fornecedora.
- VIII. Efetuar os pagamentos dentro das condições estabelecidas no edital.

### **18.3. Compete ao Compromitente Fornecedor(a):**

- I. Entregar os objetos da contratação nas condições estabelecidas no presente Termo de Referência e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do Registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de





Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

Fls. 532  
Prot. E. 335/2020  
Rub. 08  
Proc. 396/2020

fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços.

- II. Fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis.
- III. Manter, durante a vigência do Registro de Preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- IV. Os materiais recusados deverão ser substituídos por outros, sem qualquer ônus para o Município, no prazo máximo de 02 (dois) dias, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.
- V. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos Ata de Registro de Preços.
- VI. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos materiais/serviços já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado.
- VII. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pelo Município, resultante do ato de revisão.
- VIII. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- IX. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- X. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas.

#### **19. DA VALIDADE DA ATA**

19.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, observado o que dispõe a legislação pertinente, tendo como eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município.

#### **20. DA OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES**

20.1. Os interessados que tiverem dúvidas de caráter técnico na interpretação do presente termo ou em relação ao objeto da presente licitação, serão atendidos durante o expediente da entidade Promotora pelo Departamento de Suprimentos do Município, até o segundo dia útil anterior à data fixada para sessão deste Pregão, no seguinte endereço: Departamento de Gestão Operacional da Secretaria Municipal de Fazenda, localizada no Centro Administrativo Municipal -CAM, sito na Rua Coronel Ponciano, nº 1.700, Parque dos Jequitibás, Município de Dourados-MS.

#### **21. DA GARANTIA E ASSISTENCIA TÉCNICA**

- |   |           |           |
|---|-----------|-----------|
| 21.1. Será exigida garantia?            | ( X ) Sim | ( ) Não   |
| 21.2. Será exigida para todos os itens? | ( X ) Sim | ( ) Não   |
| 21.3. Será exigida assistência técnica? | ( ) Sim   | ( x ) Não |
| 21.4. Será exigida para todos os itens? | ( ) Sim   | ( x ) Não |

#### **21.5. DA GARANTIA**

21.5.1. A licitante vencedora deverá oferecer garantia, cujo prazo não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, livre de horas de uso, contra defeitos de fabricação, montagem e funcionamento decorrentes de desgastes prematuros durante a operação e o emprego em condições normais, sendo compreendida pela assistência técnica, contados a partir da data de emissão da Nota Fiscal, prevalecendo contudo, o prazo constante no certificado de garantia, desde que seja superior ao mínimo exigido.





21.5.2. Durante o prazo de vigência da garantia, constituem obrigações da CONTRATADA:

I. Providenciar independentemente de ser ou não o fabricante, a correção ou a substituição de todo o material e acessórios ou acessórios e componente que apresentem defeitos de fabricação ou divergência com as especificações fornecidas, sem ônus para a Administração Pública, em conformidade com o estabelecido no Contrato e seus anexos, observada a legislação pertinente.

II. Arcar com os custos de transporte e seguro de transporte, além daqueles relacionados com a manutenção ou substituição dos materiais de consumo e ferramentas.

III. Substituir o material ofertado ou as suas peças, acessórios e componentes que apresentarem defeitos de fabricação por novo e que possua a mesma especificação técnica ou superior à originalmente proposta.

21.6. Os itens licitados serão recebidos por servidor integrante da Comissão Permanente de Recebimento de Mercadorias, em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93, especificamente nos termos do artigo 73, II, "a" e "b" da referida Lei, já especificado no presente Termo.

21.7. O fornecedor garantirá a qualidade das ferramentas/materiais pelo prazo estabelecido pelo fabricante.

## **22. DOS APÊNDICES**

Apêndice "A": Declaração IN RFB nº 1.244/2012.


Apêndice "B": Justificativa.

Apêndice "C": Relação com código do item no CATMAT (Catálogo Comprasnet).

Apêndice "D" Estudo Técnico Preliminar

## **23. DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

23.1. Por fim, registra-se que o presente Termo de Referência foi elaborado pelo servidor **NEILTON JOSÉ BARBOSA**, na qual ratifica as informações nele contidas atestando sua veracidade, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, sendo submetido à consideração e aprovação pelo Ordenador de Despesa, visando à instauração do processo licitatório.

  
**NEILTON JOSÉ BARBOSA**  
Engenheiro Elétrico CREA/MS 19.169  
matrícula nº 114773437-1

## **24. DA AUTORIZAÇÃO**

24.1. Com fundamento no art. 38 da Lei Federal nº 8.666/93, aprovo o presente Termo de Referência e as justificativas apresentadas no Apêndice "B" e autorizo o encaminhamento para abertura do processo licitatório.

  
**WELINGTON LUIZ SANTANA LOPES**  
Secretário Municipal de Serviços Urbanos –INTERINO





Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

Fls. 534  
Prot. E. 335/2020  
Rub. OR  
Proc. 396/2020

**APÊNDICE "A"**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

DECLARAÇÃO A ser apresentada pela pessoa jurídica constante do inciso IV do ART. 4º

(Redação dada pela Instrução Normativa RFB n.º 1.244, de 30 de janeiro de 2012) (Vide art. 3º da IN RFB n.º 1.244/2012)

**Prefeitura Municipal de Dourados**

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o n.º..... DECLARA à **Prefeitura Municipal de Dourados**, para fins de não incidência na fonte do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - **Simples Nacional**, de que trata o art. 12 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I. Preenche os seguintes requisitos:

- a) Conserva em boa ordem, pelo prazo de 05 (cinco anos), contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) Cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II. O signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à entidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei n.º 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei n.º 2.848 de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten mark]*





Estado de Mato Grosso do Sul  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS**

Fls. 535  
Prot. E. 335/2020  
Rub. CR  
Proc. 396/2020

**APÊNDICE "B"**

**JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO**

O Município de Dourados, considerando a necessidade de oferecer um melhor atendimento aos seus munícipes, com a presente aquisição, pretende a aquisição de materiais de consumo necessários para a manutenção da rede de Iluminação Pública no Município de Dourados, utilizando os recursos oriundos da COSIP – Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública, instituído pela Lei Complementar nº 061 de 27 de dezembro de 2002, alterada pela Lei Complementar nº 066 de 02 de julho de 2003 e pela Lei Complementar nº 210 de 28 de dezembro de 2012, devidamente aprovado pelo Conselho Gestor da COSIP, conforme Ata publicada no Diário Oficial do Município de Dourados/MS de nº 4.929 do dia 20 de maio de 2019, folhas 12, cujas especificações e quantidades encontram-se descritas no Apêndice C

Justifica-se a aquisição para o Departamento de Iluminação Pública, primeiro, pela natureza do serviço de iluminação, ou seja, serviço público e essencial cuja manutenção é realizada continuamente visando a qualidade de vida e segurança das pessoas e a necessidade de oferecer um eficiente serviço de Iluminação Pública.

Segundo, há a necessidade de aquisição de materiais de itens fracassados em processo licitatório/Pregão Eletrônico nº024/2019 que resultou na Ata de Registro de Preços nº039/2019, de Aquisição de materiais elétricos e ferramentas para a manutenção da rede de Iluminação Pública. Por serem itens desertos há a necessidade de novo certame para aquisição destes.

Ainda, como o serviço de iluminação pública compreende a iluminação de vias, logradouros, praças e demais áreas públicas, situadas na zona urbana e de toda extensão deste município, há a necessidade de aquisição de materiais para diversos reparos nas praças e parques do Município, materiais estes específicos e distintos dos demais utilizados na rede de iluminação pública. Serão realizados serviços com estes materiais como a troca de lâmpadas, tomadas e interruptores de energia elétrica, materiais para confecção de tampas de caixas de passagem de energia elétrica, reparos em quadros e circuitos elétricos de iluminação de áreas públicas e quadras esportivas em parques públicos, acresceu-se à relação de materiais desertos da referida licitação anterior os demais materiais que seguem elencados no Apêndice C.

Pretende-se também a aquisição de materiais como lâmpadas, soquetes e condutores elétricos para iluminação provisória em eventos organizados pelo Município já que são específicos e distintos dos demais utilizados na rede de iluminação pública.

Considerando que a COSIP – Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública compreende o custo com a instalação, manutenção, melhoramentos e expansão da rede de iluminação pública, além de outras atividades a eles correlatos e que, compõem o custo do serviço de iluminação pública as despesas com estudos, projetos, fiscalização, administração, execução, financiamento, além de outros serviços técnicos, bem como, as despesas com máquinas, equipamentos e demais elementos, e gastos necessários à realização do serviço, os materiais específicos para o Departamento de Iluminação Pública serão pagos com os recursos da COSIP.

A vista de todo o exposto, entende-se como suficientemente justificada a aquisição que se pretende, para que atenda às demandas desta Secretaria que realiza serviços de altíssima relevância e que o Poder Público não pode e não deve deixar de prestar, sob pena de responsabilidade dos seus gestores.

  
**WELINGTON LUIZ SANTANA LOPES**

**Secretário Municipal de Serviços Urbanos –INTERINO**